



Anais da Assembléia

Nº 141

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n.º 1894/79, do Senhor Luiz Carlos Zuk, Prefeito Municipal de Ponta Grossa, agradecendo a presença em Ponta Grossa no dia 23 do mês próximo passado, da brilhante representação esportiva desta egrégia Assembléia Legislativa, o especial agradecimento aos representantes do M.D.B. e da ARENA que integraram a luzida caravana. — **Anote-se. Arquite-se.**

Emenda:

EMENDA CONSTITUCIONAL

O Art. 12 e seus parágrafos, da Constituição do Estado do Paraná, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 — Os deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte os deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia.

§ 2.º — Se a Assembléia não se pronunciar sobre o pedido dentro de 40 (quarenta) dias, a contar de seu recebimento, ter-se-á como concedida a licença.

§ 3.º — No caso de flagrante de crime inafiançável os autos serão remetidos, dentro de 48 (quarente e oito) horas, à Assembléia, para que esta resolva sobre a prisão e autorize ou não a formação de culpa.

§ 4.º — Nos crimes comuns os deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5.º — A incorporação às Forças Armadas de deputados, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia.

§ 6.º — As prerrogativas de deputados arrolados como testemunhas não subsistirão se deixarem eles de atender, sem justa causa, no prazo de 30 (trinta) dias, ao convite judicial.”

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1979.

aa) Fabiano Braga Côrtes, Domício Scaramella, Gilberto Carvalho, Fuad Nacli, João Mansur, Jurandir Messias, Fiori Luiz, Carlos Zanlorenzi, José Tavares, Ezequias Losso, Egon Pudell, Renato Bernardi, Pinto Dias, Tércio Albuquerque, David Cheriegate, Waldyr Pugliesi, Gernote Kirinus, Túlio Zanchet, Edilson Alencar, Lineu Turra, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Aguinaldo Pereira Lima, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de emenda constitucional que oferecemos à consideração dos Senhores Deputados dispensa, para justificá-la, comentários e explicações mais alongadas. Objetiva, tão somente, adaptar a Constituição do Estado ao texto da Carta Federal, modificado pela Emenda n.º 11, de 13 de outubro de 1978, devendo merecer, por isso, a aprovação desta Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no Município de Nova Aurora, do Senhor JOÃO VOINAROSKI, que deixa viúva a Senhora Sofia Voinaroski e os seguintes filhos: Helena Voinaroski Brongel, casada com Leonardo Brongel; Antônio Voinaroski, casado com Olga Voinaroski; José Voinaroski, casado com Maria Voinaroski e Pedro Voinaroski, solteiro. Deixa ainda quatorze netos.

Do pronunciamento do Plenário, solicita seja dado conhecimento à família anlutada.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Presidente do Banco Central, Banco do Brasil, Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda e Conselho Monetário Nacional, solicitando a abertura de um crédito especial aos agricultores da região Oeste do Paraná para cobrir os prejuízos ocasionados pelas fortes chuvas e ventos ocorridos recentemente.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Eis porquê, nesta oportunidade, estamos pedindo um crédito de emergência aos agricultores da região Oeste do Paraná com suas lavouras atingidas pelo fenômeno natural, de 5 a 6 mil cruzeiros por alqueire, para que ele possa voltar a plantar e, para que a produção de soja não seja prejudicada pelas dificuldades que os lavradores estão enfrentando após o temporal que atingiu nossas lavouras.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os problemas de segurança nos dias de hoje, são problemas comentados a toda a hora e a todo o instante. Eles se verificam nas grandes cidades, nas cidades de porte médio, nas pequenas cidades. E neste período recente de final de semana esticado, diante o dia santificado da última sexta-feira, dia de Finados, o litoral de nosso Estado, mais precisamente a cidade de Matinhos, um dos principais balneários, viveu problemas muito sérios relacionados à segurança; porque o dispositivo policial, constante daquela cidade, reduzido, é um dispositivo que não tem condições de dar a assistência adequada à população de Matinhos e àqueles que acorrem para um descanso, para um período de praias.

O dispositivo policial de lá não conseguiu manter a tranquilidade devida e necessária à população, aos elementos que estavam em nosso litoral. E por que não foi o reforço policial? O reforço policial da PM, perguntariam, por que não esteve presente em Matinhos, entre a sexta, o sábado e o domingo últimos?

Simplesmente, porque o Prefeito Municipal de Matinhos não quis se responsabilizar por uma despesa que seria ínfima, pequena, o pagamento das refeições dos policiais militares que participariam do reforço policial. Simplesmente o Prefeito não quis arcar com as despesas e os policiais que se deslocaram até Matinhos, retornaram para o seu quartel de origem. E ficou o apenas o pessoal lotado em Matinhos, pessoal que não é suficiente, principalmente num final de semana, para dar assistência, para dar segurança e para dar proteção àqueles que estão em Matinhos e àqueles que para lá se dirigem.

Houve muitos problemas, e esperamos que o Prefeito de Matinhos se sensibilize e tome providências não deixando mais isto acontecer.

Ainda hoje uma comissão de Vereadores de Matinhos veio à Curitiba justamente para solicitar, pedir que providências sejam adotadas, para que Matinhos, principalmente nos finais de semana, ainda mais, quando agora já se aproxima uma temporada de praias, tenha o policiamento próximo do ideal, para evitarem-se cenas lamentáveis que lá se verificaram e que resultaram em muitos comentários.

Conclamamos ao Prefeito Municipal que seja mais sensível, que observe bem a situação, porque caso ele não tome providências, os problemas serão para a própria gente de Matinhos, que tanto necessita da presença de turistas, principalmente agora, nesta época de final de ano e início de temporada de praias.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há mais de trinta anos o SESC - Serviço Social do Comércio, vem prestando relevantes serviços à comunidade parnanguara. Ontem, ao redor das 23 horas e 30 minutos, quase meia-noite, o Diretor do "Diário do Comércio" telefonou-nos dizendo que estava sendo procurado por algumas dezenas de Senhoras interessadas no prosseguimento das atividades do SESC naquela cidade. E eu prometi ao Dr. Arquimedes Anastácio, Diretor do "Diário do Comércio", que estaria acompanhando a evolução dos acontecimentos e me colocaria à disposição daquela causa muito justa, por sinal, para encontrarmos uma solução que dissesse respeito aos interesses das crianças de Paranaguá, ao redor de 70, que freqüentam o SESC daquela cidade.

Ocorre o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, havia um contrato entre o SESC e o Clube Atlético Seletto, contrato este que, por força das circunstâncias, está sendo rescindido

e o SESC deixa de ter aquela unidade fixa em Paranaguá, que há trinta anos, como já disse, prestava serviços à coletividade.

Pretende o Sr. Presidente do SESC, Dr. Egídio Pereira, com quem conversamos longamente por telefone, hoje pela manhã, que uma unidade móvel, continue a prestar assistência às famílias dos associados do SESC, em Paranaguá.

Nós interpelamos aquele cidadão, que com um excesso de boa vontade, diga-se de passagem, prestou-nos informações satisfatórias, dizendo que, diante do nosso empenho, do nosso interesse, ele iria reformular o problema e procuraria fazer com que essa unidade móvel, ficasse apenas, 50, no máximo 60 dias, atendendo o povo de Paranaguá; e que posteriormente ele faria uma retomada de posição, conseguiria novo local, para que o SESC pudesse, sem solução de continuidade, continuar a prestar serviços à causa parnanguara.

Nós estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, endereçando um requerimento ao Dr. Egídio Pereira, no qual nós dizemos o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente.

O motivo que nos traz hoje a esta tribuna, é a respeito das notícias que tomamos conhecimento em Paranaguá, através da imprensa daquela cidade, e posteriormente, em contato com familiares e pessoas diretamente interessadas no assunto.

Segundo as mesmas notícias, o Posto do SESC - Serviço Social do Comércio, que há quase trinta anos vem prestando relevantes serviços à comunidade parnanguara, está na iminência de encerrar suas atividades, fato que está causando mal estar e tristeza entre as famílias dos comerciantes que tinham no SESC um centro de recreação e aprendizagem para seus filhos.

Estamos no ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA — Criança, patrimônio maior de toda a nação — os brasileiros de amanhã — homens que dirigirão o futuro de nossa Pátria.

Em nome dos pais dessas crianças, e em meu nome, fazemos desta tribuna, um veemente apelo à sensibilidade do Dr. Egídio Pereira, digníssimo Presidente do SESC e dos demais dirigentes daquele órgão, no sentido de ser encontrada uma solução para o impasse evitando-se, por todos os motivos, a interrupção das atividades do SESC, em Paranaguá, fato que seria profundamente lamentável pois viria prejudicar a dezenas de crianças que freqüentam o referido Posto.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1979."

Os jornais de Paranaguá, dão em manchete, "MÃES APELAM CONTRA O FECHAMENTO DO SESC". E nós, nos incorporamos a esse movimento, nós nos somamos a esta causa, muito justa e fazemos em nosso nome, um apelo para que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aprovelem essa nossa iniciativa, esse nosso requerimento. E que o Dr. Egídio Pereira, permita Deus, deixe-se sensibilizar pelo problema que não é nosso, é do povo de Paranaguá. E eu transfiro, pois, aos Srs. Deputados, a nossa preocupação, para que esse apelo não seja apenas deste Deputado, mas sim de toda a Casa Legislativa do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "É do conhecimento de todos nós que o Município de Toledo e o de Céu Azul acabam de sofrer um desses ataques inopinados das forças errantes da natureza. Contra elas não há previsão nem defesa. Elas vêm sem destino certo e se abatem sobre a terra destruindo tudo.

Estivemos, pessoalmente, com os Prefeitos Duílio Genari e Geraldo Batista Chaves, visitando, contristados, as destruições que o temporal causou. Não existem palavras que as possam traduzir, mas existem palavras que podem traduzir a disposição

de lutar, dos Srs. Prefeitos, a coragem dos agricultores, dos industriais, dos comerciantes e do povo destes municípios. É a fibra, a tradição histórica dos pioneiros, seus ascendentes.

As plantações destruídas, as estradas revolvidas, as pontes levadas de roldão pelas águas em fúria, o destelhamento de habitações e armazéns, o desabrigo de famílias, a conseqüente retração dos negócios como uma decorrência natural, não conseguiram abater o ânimo e as disposições para atacar o drama de frente, tanto por parte da administração municipal, como por parte da comunidade.

No comando de nosso Estado encontra-se um grande batalhador, sereno e experiente, o Sr. Ney Braga. E ele, como é de sua formação, enfrentará conosco essa batalha, braço a braço.

É oportuno lembrarmos de uma frase de encorajamento, de Simon Bolívar aos seus soldados. Quando, em meio de uma batalha pela independência de um dos países da América, certa vez na Cordilheira dos Andes, desencadeou-se uma tempestade. Bolívar voltou-se para os seus soldados e exclamou: "Soldados, a natureza nos oferece luta. Lutaremos também contra ela!"

E este será um exemplo para nós. Vamos reconstituir as pontes, vamos consertar as estradas e as habitações e mais, vamos plantar tudo de novo. Esta é a nossa oração de fé."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Lamentavelmente as fortes chuvas e ventos que prejudicaram a região oeste no início do plantio da soja estão deixando os lavradores preocupados pelas informações de que o PROAGRO não cobrirá os prejuízos das primeiras sementeiras.

No momento em que o governo federal lança a campanha para o aumento da produção agrícola e os "slogans" de **PLANTE QUE O JOÃO GARANTE** estão espalhados por todo o País, seria desestimulante que num momento de grandes dificuldades e de grandes problemas, os nossos lavradores ficassem abandonados, sem contar com o apoio do Governo.

Eis porque, neste momento estou fazendo um apelo a esta Casa para que apoie meu requerimento, pedindo um crédito de emergência aos lavradores com suas lavouras atingidas pelo fenômeno natural, de 5 a 6 mil cruzeiros por alqueire, para que ele possa voltar a plantar e para que a produção de soja não seja prejudicada pelas dificuldades que os lavradores estão enfrentando após o temporal que atingiu nossas lavouras.

É preciso que os Deputados com assento nesta Casa se preocupem, ao lado dos agricultores deste Estado, diante das imensas dificuldades que a área agrícola enfrenta neste momento, unindo suas forças no sentido de que possamos conseguir este apoio dos organismos de crédito.

Os lavradores não podem deixar de acreditar nos programas e nos planos do Governo e devem receber apoio quando necessitam e este é um momento fundamental para toda a agricultura do Oeste do Paraná.

São nestes momentos de intempéries e de dificuldades que o Governo precisa estender suas mãos aos homens da lavoura pois o Paraná tem grandes e graves responsabilidades na produção e na produtividade deste País que precisa melhorar a sua pauta de exportações pois só com mais produção, mais exportações e mais divisas é que conseguiremos vencer as graves dificuldades econômicas que nosso País atravessa."

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Confesso desta tribuna com toda sinceridade de que o episódio da Unidade Sanitária de Santo Inácio, que levou-me a "cutucar" o Sr. Oscar Alves — Secretário da Saúde, já era assunto superado e pertencia ao passado.

Hoje, contudo, começo a desconfiar que o ex-reitor de Londrina está sem serviço na sua Secretaria.

Além de perder tempo em remeter a parlamentares xerox do telegrama enviado a este Deputado, xerox do contrato de prestação de serviços que assinou em 03 de outubro de 1979 com a EMOPAR, xerox da posição em que se achavam as unidades sanitárias em 31 de agosto de 1979, na verdade está gastando dinheiro do povo.

Dinheiro que melhor seria aplicado na aquisição de medicamentos para tantos pobres que deixam de se tratar por não possuírem meios para a compra dos medicamentos.

E o Sr. Secretário da Saúde manda fazer xerox, consome tempo de funcionários, tudo ninguém sabe com que objetivo.

Primeiro, porque com o papelório que está enviando a Deputados, não sei se para todos, ou se apenas para os da ARENA — está caindo no mais vergonhoso ridículo.

Junta um xerox da EMOPAR que informa a posição de cada Unidade Sanitária em 31 de agosto, segundo o programa do MINTER.

E o que diz tal xerox?

Que Santo Inácio já estava com sua Unidade Sanitária 99% concluída e que Mamborê já estava 100% concluída.

Depois, para poder criticar o Prefeito de Santo Inácio, faz constar a informação de, que ele foi o único prefeito que não compareceu para assinar o Termo de Contrato, embora avisado e convidado e que para a conclusão da obra encontra-se à sua disposição 54 mil cruzeiros.

54 mil cruzeiros para completar o 1% inventado.

540 mil para 18% e como conseqüência chegaríamos ao valor da obra na casa dos cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros.

Parece brincadeira!

Brincadeira de um secretário brincalhão ou que já não sabe mais o que fazer para se auto-promover.

Vejam os senhores:

A Posição em 31 de agosto acusava que a Unidade Sanitária de Santo Inácio estava 99% concluída.

Em 28 de setembro o Secretário envia telegrama informando que contratou serviços especializados da EMOPAR para concluir as obras da Unidade Sanitária.

Em 03 de outubro o Secretário assina um contrato com a EMOPAR, num pacote de nove unidades sanitárias em diversos municípios.

O que pretende afinal o Sr. Oscar Alves?

Convencer meus companheiros de bancada de que ele, Secretário, não deu uma grosseira "mancada".

Fica aqui um pedido ao Secretário.

Cuide mais das atribuições de sua pasta, sem ficar se preocupando tanto com lances de politicagem.

Olhe mais a saúde do povo, pois o que existe de problemas na área da saúde é difícil enumerar.

E repito o que disse no início: o assunto de Santo Inácio para mim já estava superado, tanto isso é verdade que eu nem me lembrava que o Paraná tem um secretário da saúde. Aliás, muita gente não sabe!"

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Voltamos, hoje, novamente a esta tribuna, para tecermos considerações sobre o nosso litoral.

O Deputado João Elísio, nosso ilustre colega, e o Deputado Nelson Buffara, já se fizeram ouvir, por diversas vezes, nesta Casa, reclamando a abertura de postos no litoral paraense.

Neste último final de semana, nestes feriados todos, foi grande o afluxo de gente no nosso Litoral e, com a abertura dos postos de Matinhos e de Guaratuba, tendo em vista a pouca capacidade de estocagem daqueles postos autorizados, o drama

não foi pequeno daqueles que procuraram o Litoral paranaense, confiantes de que teriam garantido o abastecimento de seus veículos para o retorno no domingo. Nós verificamos, no domingo, quando se esgotavam os estoques de combustível de gasolina daqueles postos de Matinhos e de Guaratuba, nas imediações, já na quinta-feira também haviam sido esgotados todos os estoques dos postos que dão também atendimento àquela região. Por isso é que nós já nos manifestamos dizendo da importância da abertura dos postos de Praia de Leste, de Garuva e mesmo dos outros que dão acesso às nossas praias paranaenses, porque a maioria, a grande maioria, aqueles que procuram a região do Pontal do Sul e das mais ou menos vinte praias que ficam entre Praia de Leste e a de Pontal do Sul, ficam tolhidos da possibilidade do abastecimento, no retorno; no domingo à noite nós verificamos a quantidade de veículos, todos eles lotados na maioria com os seus familiares, com senhoras, com crianças, e que ficaram sem combustível, ao relento, passando a noite de domingo para segunda, na estrada que liga Curitiba a Paranaguá.

É por isto que voltamos a ocupar esta tribuna, para conchamar ao Governo do Estado, conchamarmos aos órgãos competentes e também ao Presidente desta Casa e também a todos os colegas, para, unidos, tentarmos demover os responsáveis pela distribuição do petróleo, e fazer com que o Conselho Nacional — que é o responsável — autorize também, a abertura de todos os postos no Litoral paranaense e todos aqueles que também dão acesso, facilitando e evitando problemas como este que acabamos de assistir neste final de semana.

Agradecemos a atenção de todos e pedimos, mais uma vez, a Sua Excelência o Sr. Presidente desta Casa, que, conclame também, e solicite ao Governo do Estado e aos responsáveis pela distribuição do petróleo, para que os nossos postos do litoral atendam a todos, para evitar problemas da natureza conforme citamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem hoje à tribuna desta Casa: o primeiro, para fazer um apelo, depois encaminharei à Mesa por escrito, ao Sr. Secretário da Educação, e que trata do seguinte:

Nós mantemos um comentário na Rádio Independência, por cinco minutos e, neste comentário nós temos recebido uma correspondência até certo ponto, volumosa, e, a maioria dos pais de alunos do Curso Primário, a maioria até de professores vem, há mais de dois anos, fazendo apelos insistentes tanto ao ex-Secretário, Dr. Borsari Neto, quanto ao atual, no sentido da supressão das aulas aos sábados, a exemplo do que ocorre em diversos Estados brasileiros.

Ainda agora recentemente, no Dia do Professor, o Governo paulista, numa homenagem ao professor de São Paulo, através de um decreto, suprimiu as aulas aos sábados.

Nós temos encontrado sempre uma barreira, no Conselho de Educação, que diz que a supressão das aulas aos sábados, acarretaria uma transformação profunda na carga horária do currículo escolar, com prejuízos evidentes aos alunos. Mas nós não partilhemos desse ponto de vista e achamos que o Governo deveria rever a sua posição e para isso encaminharemos um apelo ao Sr. Secretário de Educação, porque a supressão das aulas aos sábados, além de ser uma aspiração dos pais de alunos, ela hoje, no momento em que vivemos, ela é de uma oportunidade, ela é de uma exigência até por parte do Governo, porque nós sabemos das despesas, nós sabemos o que acarreta para o erário público aulas aos sábados e sabemos também que a frequência das aulas aos sábados é menos de 50%, porque os pais que aproveitam o final de semana para o lazer tanto no litoral como no interior do Estado, é evidente que carregam os seus filhos e as aulas de sábados pouca valia têm no currículo escolar.

Nós encaminharemos, Senhor Presidente, na oportunidade, um apelo ao Sr. Secretário de Educação.

O segundo assunto, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, é que a população paranaense, está sendo surpreendida com a exploração sensacionalista contida em declarações e não só em declarações, como até em insinuações de um advogado que se diz representante de lavradores de Cascavel, e eu colocaria "lavradores" e que infelizmente estão sendo divulgadas essas declarações desse advogado, por órgãos da imprensa que somente se interessam pela versão de fatos envolvendo injustamente o nome do Governador Ney Braga em problemas de terras que o mesmo, ao contrário do que tentam mostrar as informações, se empenha em solucionar positivamente.

Portanto, uma notícia imprecisa e a imprecisão da notícia não oculta tratar-se do litígio de terras da Colônia São Pedro, no oeste paranaense, e serem os familiares do Sr. Antônio Padovani os colonos de Cascavel que outra vez, colocarei "lavradores", mencionados na mesma, família esta que teve suas manobras repudiadas aqui nesta Casa pelos nobres Deputados Gernote Kirinus e Nelson Friedrich.

Pois bem, esta família, inconformada com o fato de ter o Governador Ney Braga se alinhado ao lado dos verdadeiros trabalhadores da terra, procuraram os interessados recorrer da decisão do Tribunal Federal de Recursos, que já deu ganho de causa ao Banco do Estado do Paraná, conforme nós já anunciamos aqui nesta Casa anteriormente.

Então esta família exterioriza o seu inconformismo com deturpação de fatos e tentando prolongar o clima de insegurança na região.

Julgam dessa forma, poder pressionar a Justiça para atender os seus propósitos, mas em detrimento de famílias de colonos assentados na Colônia São Pedro. A pressa de determinados jornais em divulgar os fatos de forma tendenciosa, pois abriga somente declarações de uma das partes, escondeu dos seus leitores e do povo em geral, a verdadeira face da verdade.

Não informou a notícia, ter o Governador Ney Braga já em seu primeiro governo, empenhar seus esforços para acabar com os problemas fundiários, especialmente nas regiões de maior tensão que eram o oeste e o sudoeste do Estado, onde ocorreram verdadeiras revoltas dos habitantes descontentes com os problemas acumulados à época.

As declarações estampadas oriundas daqueles que, injustificadamente, procuram tumultuar e transmitir a intranquilidade, sem reconhecer o esforço do Governo do Estado em resolver a pendência, causam realmente estranheza. Deixam transparecer claramente o intuito de distorcer os fatos em seu proveito, sonhando a verdade com o propósito único de defender os interesses de uma família, mas em detrimento de cento e quarenta outras famílias que na Colônia São Pedro unem-se ao Governo do Paraná, na tarefa de aumentar a produção de alimentos, diga-se de passagem, tarefa ingente hoje, mais do que nunca tão necessários ao esforço nacional na procura de melhores dias, na procura do equilíbrio do seu balanço de pagamentos.

Há 15 anos esses são os fatos, a pendência judicial transforma aquela área em palco de intranquilidade para os agricultores que vêm, efetivamente usando a terra para a sua sobrevivência e para aumentar, aquilo que eu já disse anteriormente, a produção agrícola do Estado.

Reconhecendo a família litigante, apenas a posse de 159 alqueires o Tribunal Federal de Recursos deu ainda recentemente, todos nesta Casa estão lembrados, ao Banco do Estado do Paraná a manutenção da posse de mais de cinco mil hectares, que aquela instituição financeira havia recebido em cobrança de débito. Esta vitória do Banco do Estado do Paraná, na realidade representa a vitória de 140 famílias, que ao longo de muitos anos ocupam aquelas terras, em cuja defesa e proteção dos legítimos interesses o Governo do Estado não transigirá em nada.

O Sr. Egon Pudell — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento) Realmente Vossa Excelência está trazendo um fato que o povo de São Pedro, em particular aqueles agricultores que Vossa Excelência citou em número de 145, têm sofrido muito, durante longos anos.

E, graças à atuação do Governador Ney Braga, Secretário da Justiça, Otávio Cesário, e o próprio Secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, está este processo na sua fase final.

E, a bem da verdade, nobre Deputado Erondy Silvério, eu conheço o caso de São Pedro desde o início, é uma luta, é uma divergência e um sofrimento, acima de tudo, de mais de quinze anos. E quero parabenizar-me com Vossa Excelência e dizer-lhe que o acaba de relatar é a verdade nua e crua. E, se Deus quiser, estes proprietários de terra que hoje já estão conseguindo financiamento de custeio para o plantio das suas agriculturas, junto ao Banco do Estado do Paraná, em breve terão as suas escrituras para poderem viver em paz e ajudar São Pedro e Toledo a progredirem.

Era só isso, e muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu, é que agradeço a Vossa Excelência e me cabe, como líder, defender a figura do Governador Ney Braga, que malevolamente, maldosamente, está sendo atacado por um advogado de Cascavel, que procura efetivamente defender os interesses da família Padovani.

Mas Vossa Excelência, bem como os nobres Deputados Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, que são os Deputados da região, têm efetivamente se ocupado dessa questão aqui nesta Casa. Têm defendido com a responsabilidade de representantes da região e até com muito brilhantismo, o destino daquelas cento e quarenta e cinco famílias.

Por isso Vossa Excelência traz, no seu aparte, uma grande contribuição àquilo que tentamos dizer ao povo do Paraná, desta tribuna, porque Vossas Excelências efetivamente conhecem o problema, conhecem a questão no seu cerne, e conhecem também, tanto a ARENA como o MDB, tanto Situação como Oposição, conhecem os esforços do Governador Ney Braga no sentido de solucionar definitivamente aquela pendência que vem efetivamente se arrastando por longos anos.

E o Governo, eu já disse, Ney Braga não transigirá em nada, pois tem mais de uma vez declarado o seu propósito de proteger, de estimular o homem do campo, não como um favor, mas como um dever de Governo.

E é absolutamente isso o que o Governador Ney Braga vem fazendo. Ele não está, em absoluto, procedendo a alienação alguma de terras, como maldosamente se procurou insinuar, a quem quer que seja.

Está, isto sim, vigilante na defesa de uma comunidade de cerca de três mil pessoas que até agora viviam em sobressalto, oprimidas pela insegurança, feridas pela violência dos que lançam mão de todos os recursos, para não perder privilégios.

A justiça será feita em favor dos verdadeiros lavradores da Colônia São Pedro. Assim como precisamos fazer justiça também, em favor das verdadeiras intenções do Governador Ney Braga.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Erondy Silvério, realmente o Deputado Nelson Friedrich e este Parlamentar, por estar a encargo da Comissão de Terras desta Casa, nos interessamos em levantar e reavivar os problemas de São Pedro, exatamente com o intuito de chegar-se a uma solução pacífica, a uma solução como agora perece que realmente está se chegando.

A nós, não interessa, e principalmente a este Parlamentar, quando se trata de pequenos lavradores que, comprovadamente, através dos estudos da Secretaria da Agricultura, são efetivamente os que contribuem com a maior parcela nas riquezas do nosso Estado; nos interessa realmente defender aqueles que estão em cima da terra.

Em nenhum momento nos perguntamos com quem está

a razão, se era o Banco do Estado ou se era o grupo Padovani. Nos interessa unicamente que aquelas pessoas que ali estão, e adquiriram seu título, sua terra, não interessando também se adquiriram dos Padovani ou do Banco do Estado.

Neste caso, foi no Banco do Estado. Mas queríamos apenas que eles alcançassem a justiça, o direito de plantar, o direito de terem a escritura e serem considerados proprietários, com toda a autonomia e liberdade de plantio, de cultivo, de derrubada de mato, de construção de casas a que estavam impedidos.

Também somamos a nossa congratulação, e diremos, assim como Vossa Excelência, que a vitória realmente é dos lavradores, é daqueles agricultores, porque foram eles que, com coragem e paciência, seguraram com teimosia durante quinze anos, toda a sorte de arbitragem que pode ocorrer de um lado ou de outro. Enfrentaram problemas enormes durante este tempo e, pacificamente, aguardaram uma solução que parece estar chegando agora e em tempo. E a eles reputamos nós, a vitória desta luta, do alcance da Justiça. Porque ultimamente também vêm se organizando e se organizaram na Associação dos Amigos de São Pedro para melhor se equipararem e para melhor poder se preparar para enfrentar o problema em conjunto.

Portanto, também eu parabenizo, aproveitando este aparte, aos agricultores, pelo fato de terem se mantido pacificamente sobre a terra e terem tido a paciência e brilhante teimosia de continuar cultivando, apesar dos pesares, contribuindo para o progresso do Estado. Seria apenas para acrescentar estas palavras ao seu pronunciamento.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu, é que agradeço a Vossa Excelência, e isso vem corroborar aquilo que estou afirmando desta tribuna. Vossa Excelência disse que não interessa saber com quem está a razão, mas ao Governo do Estado interessou. Ele pode, através da Secretaria da Agricultura e da Justiça, ver que efetivamente a razão está com aquelas cento e quarenta e cinco famílias, que no dizer de Vossa Excelência, ali ficaram, teimosamente, enfrentando toda a sorte de arbitrariedade, de violências, até que a vitória finalmente lhes sorrisse.

Mas, para que isto acontecesse, nobre Deputado Gernote Kirinus, é necessário também que a fente dos destinos do Estado, esteja um homem honesto, um homem que efetivamente cumpra com dignidade o seu mandato. Um homem que reconhece o valor daqueles que lavram a terra. O valor daqueles que, pioneiros, levaram o progresso àquela região do Estado. E é isto que o Governador Ney Braga está fazendo.

Por isto nós queremos fazer justiça das intenções do Sr. Governador, que não hesitou um só minuto, logo depois de empossado em seu segundo período de Governo, em determinar ao Sr. Secretário da Justiça, o acompanhamento pessoal da pendência judicial. Mas sempre garantindo aos colonos, a sua firme disposição em acelerar a solução para os problemas fundiários em nosso Estado.

Como bem comprovou solicitar recentemente ao Sr. Presidente da República, isto também é público e notório, que o Governador do Estado solicitou ao Presidente João Figueiredo, a criação de grupo de trabalho especial, formado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, pelo INCRA, e pelo Conselho de Segurança Nacional, para que, em menos de quatro anos, possam ser tituladas milhares de propriedades que, em rito comum, demandariam mais de vinte anos para serem regularizadas. E não poderia ser outra a atitude do Governo do Paraná, pois é lá, na nossa área conflitada, que vive o pequeno agricultor, este que Vossa Excelência se referiu há pouco, esse que enfrentou toda sorte de perseguições e vicissitudes mas que contribuiu generosamente para o engrandecimento do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente. -- (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Cortes) A Mesa consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário. (declina). Tendo declinado, consulta à Liderança do MDB, (declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, devidamente apoiada por vários Srs. Deputados, constante do Expediente. -- **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 133/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 98/79), que aprova Proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1980 - 82. Parecer Favorável da C.O., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 143/79, de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública o "Seminário São José de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 119/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 106/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 120/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 118/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANAVAÍ, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 121/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 122/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, que objetiva execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 97/79, de autoria dos Deputados ERONDY SILVÉRIO e NILSO SQUAREZI, que dá nova redação ao art. 155, do Regimento Interno. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 122/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 130/79), que aprova Termo de Re-ratificação n.º 02 ao Convênio n.º 28/77, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, que objetiva a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina - Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado,**

artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 123/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 133/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 124/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 134/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ALTO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano, no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 125/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 138/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de RONDON, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 126/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 108/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 127/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 121/79), aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 128/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 136/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 129/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 126/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ICARAIMA, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 79/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 65/79), que objetiva transformar em verba de representação, a favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e dos atuais

Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, as gratificações que especifica. Pareceres Favoráveis da C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 79/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam transformadas em verba de representação:

I. Em favor dos atuais membros do Conselho Superior do Tribunal de Contas do Estado, a gratificação "pro labore", por eles percebida, até 30 de abril de 1.979, pelo exercício dessa função;

II. Em favor dos atuais Conselheiros e Auditores, bem como dos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, a gratificação de produtividade de que trata o art. 1.º da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1.974.

Art. 2.º — Fica assegurada ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor do Tribunal de Contas do Estado, quando no exercício dos referidos cargos, a verba de representação que vêm percebendo em decorrência dessas funções.

Art. 3.º — As providências decorrentes desta lei não poderão acarretar benefício ou prejuízo aos Conselheiros, Auditores e Procuradores, nem aumento da despesa pública em relação ao montante dispendido, na data-base, a que se refere o inciso I do Art. 1.º, com o pagamento das vantagens referidas.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 28 de maio de 1.979.

(a) NEY BRAGA

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 79/79

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 65/79, o presente Projeto de Lei n.º 79/79, tem por finalidade transformar em verba de representação em favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e dos atuais Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, as gratificações que especifica.

Quanto à apreciação por esta Comissão de Finanças, restrita ao exame do aspecto financeiro da proposição, nada temos a contestar que possa impedir a sua tramitação normal por esta colenda Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1.979.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N.º 79/79

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei n.º 79/79, objetiva a transformação das gratificações "pro labore" e de produtividade, percebida pelos atuais membros do Conselho Superior do Tribunal de Contas do Estado, em verba de representação e assegura ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor daquele egrégio Tribunal, a percepção das verbas de representação que vêm percebendo em decorrência dessas funções.

O projeto em pauta, já mereceu parecer favorável da Comissão de Finanças.

A iniciativa é realmente, uma prerrogativa do Poder Executivo e, por isso mesmo que, por ser este o formulador da política estadual de recursos humanos, nada há, no âmbito desta Comissão, que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1.979.

(aa) Wilson Fortes, Presidente; Jurandir Messias, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/79, de autoria do Poder Executivo. (Mens. Govern. n.º 116/79), que altera a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. C.I.P. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. —

Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 146/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A Fundação Educacional do Estado do Paraná FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, tem por finalidade incentivar e amparar o desenvolvimento e difusão das atividades educacionais em todo o território estadual.

§ 1.º — Dentro desse objetivo, a FUNDEPAR atuará como instrumento de captação de recursos, e sua aplicação em projetos de interesse educacional, constituindo-se em instituição de apoio às atividades compreendidas nas áreas de ação da Secretaria de Estado da Educação.

§ 2.º — No cumprimento de suas finalidades, a FUNDEPAR poderá celebrar acordos e convênios com entidades públicas e particulares, e empregar outros meios compatíveis com sua natureza de função, inclusive realizando operações à conta de seu patrimônio, cujos resultados serão aplicados em projetos educacionais.

Art. 2.º — A FUNDEPAR terá prazo de duração indeterminado, gozará de autonomia administrativa e financeira, e reger-se-á de conformidade com seu Estatuto, aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3.º — A estrutura básica de direção da FUNDEPAR, compreende os seguintes órgãos:

I — Conselho de Administração;

II — Diretoria.

Art. 4.º — Observado o disposto no art. 95, da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1.974, o Conselho de Administração é o órgão superior de formulação da política de ação da entidade, de acompanhamento de sua execução, análise do desempenho no cumprimento de suas finalidades e objetivos institucionais, sendo composto pelos seguintes membros:

I — O Secretário de Estado da Educação, como seu Presidente;

II — O Secretário de Estado das Finanças;

III — O Diretor-Superintendente;

IV — Seis membros, dentre os quais um representante da Secretaria de Estado do Planejamento, indicado pelo respectivo Titular e os demais pelo Secretário de Estado da Educação, nomeados pelo Governador do Estado para mandato de 03 (três) anos, permitida recondução por apenas uma vez.

§ 1.º — O Diretor-Superintendente integra o Conselho de Administração como seu Secretário Executivo, cumprindo-lhe, nesta condição, implantar as decisões e deliberações do colegiado.

§ 2.º — Os membros referidos nos incisos I, II e III, são considerados natos e serão substituídos em suas ausências e impedimentos pelos seus substitutos legais.

Art. 5.º — Ao Conselho de Administração competem, no que couber, as atribuições de que trata o Art. 96, da Lei n.º 6.636, de 29/11/74, e as que lhe forem atribuídas pelo Estatuto.

Parágrafo único — O Conselho de Administração promoverá o controle econômico e financeiro e a orientação técnica da FUNDEPAR, na forma da legislação vigente.

Art. 6.º — A Diretoria será constituída pelos seguintes membros indicados pelo Secretário de Estado da Educação e

nomeados pelo Governador do Estado:

I — Diretor Superintendente;

II — Diretor Administrativo.

Art. 7.º — Ao Diretor Superintendente compete a representação jurídica da FUNDEPAR e a coordenação superior das atividades da Fundação no interesse da educação em todos os setores.

§ 1.º — O Diretor Superintendente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo Diretor Administrativo.

§ 2.º — Na hipótese de impedimento do Diretor Superintendente ser superior a 30 (trinta) dias, o Diretor Administrativo, por sua vez, será substituído por funcionário da FUNDEPAR, que será designado pelo Conselho de Administração.

Art. 8.º — Ao Diretor-Administrativo compete a coordenação geral das atividades da FUNDEPAR, especialmente aquelas relacionadas com despesas, receita, patrimônio, pessoal e material, bem como assinar em conjunto com o Diretor-Superintendente, documentos de interesse da fundação.

Art. 9.º — O patrimônio da FUNDEPAR será constituído:

a) — do acervo de bens móveis e imóveis, atualmente ocupados, administrados e que já vêm sendo utilizados pela FUNDEPAR;

b) — do acervo patrimonial do Fundo Estadual de Ensino;

c) — dos saldos do exercício anual;

d) — de outros bens ou recursos que lhe sejam doados, destinados ou que vier a adquirir.

Art. 10 — Constituirão receitas da FUNDEPAR:

a) — dotações consignadas no orçamento do Estado ou de outras entidades públicas;

b) — as receitas eventuais e o produto da alienação de bens móveis e imóveis;

c) — doações, legados, auxílios, constituições e subvenções de entidades públicas, de pessoas físicas ou jurídicas;

d) — receitas provenientes de contratos, acordos e convênios que vierem a ser celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, para a realização de trabalhos afetos às suas finalidades;

e) — o produto da arrecadação da quota estadual do Salário-Educação consignado no Orçamento do Estado;

f) — outros recursos, de origem interna e externa, de entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, inclusive operações de crédito.

Parágrafo único — A manutenção e expansão dos serviços e atividades da FUNDEPAR será assegurada por dotação específica consignada anualmente no Orçamento do Estado.

Art. 11 — O patrimônio, a renda e os serviços da FUNDEPAR ficam isentos de impostos, relativamente à Fazenda Estadual.

Art. 12 — Determinada por Lei, a extinção da FUNDEPAR, seu patrimônio, apurado em processo de liquidação, reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 13 — A FUNDEPAR prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma regulamentar.

Art. 14 — O regime jurídico do pessoal da FUNDEPAR, será o da Legislação Trabalhista.

Parágrafo único — Os servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da FUNDEPAR, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com todas as vantagens da lei.

Art. 15 — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, em valores que não ultrapassem a dos Secretários de Estado.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei n.º 4.599, de 02 de julho de 1.962, e demais disposições em contrário.

Curitiba, em 25 de setembro de 1.979.

(a) NEY BRAGA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 146/79

PARECER:

O presente Projeto de Lei n.º 146/79, oriundo de mensagem governamental, objetiva alterar a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede e foro nesta Capital e vinculada à Secretaria de Estado da Educação, na forma que especifica.

Fundamentando a matéria, capeia a Mensagem Governamental o Ofício n.º 1.578/79, de 09/09/79, através do qual Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação esclarece os motivos da alteração proposta, a qual, em síntese, tem por finalidade amoldar a organização administrativa daquele importante órgão da administração estadual à moderna estrutura e meta de filosofia educacional do Governo do Estado, em consonância com a legislação vigente e posterior à criação da FUNDEPAR, pela Lei n.º 4.599, de 02/01/62.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a matéria se encontra em condições de ter a tramitação normal por esta Casa, não havendo óbice algum que possa impedir a sua aprovação, ficando a análise de seu mérito para as demais comissões técnicas que, por certo, a apreciarão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
AIRTON CORDEIRO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 146/79

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 116/79, o presente projeto de lei, tem por finalidade alterar a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Sobre a matéria houve pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando-se favoravelmente.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a justificativa que acompanha a Mensagem justifica plenamente sua oportunidade.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 146/79

No aspecto legal e constitucional, pronunciou-se favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça.

Também favorável é o parecer da Comissão de Finanças.

No âmbito desta comissão compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à instrução pública e particular, à educação e à cultura.

No caso em tela o que se busca é a reformulação da Lei 4.599, com a justificativa do Sr Secretário da Educação tendo como principal suporte a Lei Est. 6636 que determinou nova estrutura para a Secretaria da Educação, à qual se acha vinculada a FUNDEPAR.

Argumenta mais não provocar nenhuma alteração nas diretrizes fundamentais da própria FUNDEPAR.

Realmente nada podemos constar que autorize um parecer contrário à matéria, razão pela qual somos de parecer estar a mesma em condições de ser submetida à decisão do plenário da Casa.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1979.

aa) DEL CIEL — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 146/79

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 116/79, de 25 de setembro próximo passado, objetivando alterar a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Capital do Estado e vinculada à Secretaria de Estado da Educação, na forma que especifica.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Instrução Pública já se pronunciaram sobre a matéria, emitindo pareceres favoráveis, por entenderem que o assunto atende aos interesses do Estado.

Diante disso, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, pela APROVAÇÃO é o nosso parecer. Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1979.

aa) WILSON FORTES — Presidente
JURANDIR MESSIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Voinaroski, ocorrido no Município de Nova Aurora. -- **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e solidariedade aos 15 metalúrgicos demitidos sem justa causa pela Metalúrgica Britânia S/A., localizada em Curitiba. — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para encaminhar a votação deste nosso requerimento, eu gostaria de apenas acrescentar os argumentos apresentados pela própria igreja, na conferência dos Bispos da Regional Sul-2, e passarei, então, a ler aqui a nota de solidariedade dos Bispos de Curitiba, a esses operários que foram demitidos injustamente, por uma empresa multinacional, no momento em que estavam estes reclamando o que é justo: o aumento salarial num movimento pacífico e ordeiro.

Passo a ler, então, Sr. Presidente:

(**Le**): "IGREJA SOLIDARIZA-SE COM TRABALHADORES.

Nós Bispos da Presidência da CNBB, Regional Sul II, em Reunião Ordinária no dia 23 do corrente, informados das Campanhas Salariais em todo o País, especialmente, em nosso Estado, solidarizamos-nos com suas justas reivindicações que vêm se desenvolvendo em clima pacífico por parte dos operários.

Por outro lado, com estranheza, tomamos conhecimento de demissões, medidas de intimidação e outras formas de pressão tomadas por empresas contra operários envolvidos em campanhas salariais.

Diante disto, nosso zelo e responsabilidade de Pastores comprometidos com os mais pobres nos impeliu a denunciar tais fatos como anti-evangélicos, contra a dignidade da pessoa humana e contra seu direito fundamental de se associarem na defesa de seus justos interesses.

Inspira-nos o Documento de Puebla, quando, retomando palavra do Papa, afirma que a Igreja "apoia as aspirações dos operários e agricultores, que desejam ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e ao seu futuro, e anima a todos na sua superação" (Puebla 1162). E defende o seu próprio direito fundamental de criar livremente organizações para defender e

promover seus interesses e para contribuir responsavelmente para o bem comum" (Puebla 1163).

Esperando que estas palavras ajudem para a promoção da Paz e da Justiça, subscrevemo-nos.

Curitiba, 23 de outubro de 1979.

Assinam:

D. Pedro Fedalto - Arcebispo de Curitiba e Presidente do Regional Sul II.

D. Luiz Colussi - Secretário Geral do Regional Sul II e Bispo Auxiliar de Londrina.

D. Jaime Luiz Coelho - Bispo de Maringá.

D. Frederico Helmel - Bispo de Guarapuava.

D. Domingos G. Wisniewski - Bispo de Conélio Procópio"

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, esta é a posição dos Bispos, também favoráveis à causa dos trabalhadores que estão a reclamar justiça, quando, na verdade, aquelas empresas, com o corpo de guardas articular, interno, mantinham os guardas dentro da fábrica, num verdadeiro estado de sítio.

Até por uma questão de soberania nacional, devemos impedir que nosso povo trabalhador seja mantido dentro de uma empresa, em estado de sítio, e sob pressão.

Porque, não pode uma empresa estrangeira, além de explorar esses trabalhadores, querer que eles se submetam à miséria dos salários que estão sendo submetidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que à luz que nos traz os Bispos, neste momento, através deste manifesto, possam também inspirar também a nós, de ambas as bancadas, com esses trabalhadores despedidos.

Sr. Presidente, era isso, para encaminhar.

Obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação. — Rejeitado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (**Pela ordem**). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram permanecer como estão. — (**Pausa**).

12 Srs. Deputados aprovam; 25 rejeitam.

— **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, visando a criação dos Distritos Judiciários de Diamante D'Oeste e Ramilândia, no Município de Matelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a implantação dos projetos de eletrificação rural do Município de Matelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, do Planejamento e Agricultura, bem como aos Srs. Diretores do Banco do Brasil e Banco Central, encarecendo a instalação de "postos avançados" do Banco do Brasil, nos Municípios de Mamborê, Janiópolis e demais municípios. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do I.P.E., no sentido de que o mesmo atenda as reivindicações solicitadas pela Loja Maçônica Oliveira Zanini n.º 45, de Campo Mourão, visando a instalação de Núcleo Regional do I.P.E., no referido município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Sca-

ramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, sugerindo a referida Secretaria, que a exemplo do que foi proposto pelo Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República à C.B.D., conclame a Federação Paranaense de Futebol para que antes de cada partida interestadual, seja cantado o Hino Nacional Brasileiro. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes a diversas autoridades, contendo reivindicações no sentido de que seja criada e implantada uma agência do Banco do Brasil, na cidade de Roncador. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à luta desenvolvida pela Igreja, através da Comissão de Justiça e Paz e CNBB, Regional Sul 2, no episódio de melhoria salarial dos metalúrgicos de Curitiba. — Rejeitado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Deferido. Será procedida a verificação de votação.

11 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam.

— **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente aos órgãos governamentais, visando a urgente prestação de socorros ao Município de Toledo, duramente atingido por chuvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Se-

cretário da Educação e Cultura, encarecendo agilização no processo de implantação da Universidade Estadual do Oeste, em Cascavel. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes a diversas autoridades, encarecendo a abertura de crédito especial aos agricultores da região Oeste do Paraná, para cobrir os prejuízos ocasionados pelas fortes chuvas e ventos ocorridos recentemente. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do SESC, consubstanciado em apelo, no sentido de ser encontrada uma solução a fim de evitar a interrupção das atividades do referido órgão em Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.os 97, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129/79.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 79 e 146/79.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 146/79 — Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 71/79.

Para quinta-feira, dia 08 de novembro, 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 145/79, Orçamento Anual para o Exercício de 1980.

Levanta-se a sessão.